

Investimento só com negociação'

AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Brasilpart, Roberto Teixeira da Costa, disse ontem, no Rio, que não considera como definitiva a proposta de conversão da dívida pública (divulgada) ontem na imprensa, pela qual o Banco Central importaria um prazo mínimo de 15 anos para a repatriação do principal investido e outros cinco anos de carência para remessas de juros e dividendos. Segundo ele, "enquanto não houver uma renegociação global da dívida, dificilmente os banqueiros internacionais terão interesse na conversão. Isso não quer dizer que deixem de existir iniciativas específicas neste sentido, mas nenhuma com resultados espetaculares".

Roberto Teixeira da Costa, que participou de um dos painéis da 12ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores, criticou em entrevista a decisão da Comissão de Valores Mobiliários de suspender até novembro as autorizações para instalação de novos fundos de capital estrangeiro. Para ele, não tem fundamento a alegação da CVM de que um excesso de fundos poderia ter um impacto negativo sobre a expansão da base monetária.

O empresário considera ideal um volume mínimo de US\$ 2 bilhões/ano de captação no Exterior. Disse que em seus contatos com os banqueiros sentiu a disposição dos credores em investir nos setores voltados para o mercado interno. Segundo ele, o País necessita urgentemente desse tipo de investimento. "É pre-



Costa: proposta não é definitiva

ciso ampliar o parque produtivo. Isto não pode ser feito com a fraca disponibilidade interna de capitais."

DESÁGIO

Para a conversão da dívida externa com deságio o presidente da Brasilpart acha necessário separar dois grupos de credores no Brasil: o primeiro, constituído de grandes bancos, que não compraram títulos da dívida brasileira com deságio, e outro, daqueles que decidiram realizar seus prejuízos, comprando esses

títulos. Quanto ao primeiro grupo, Teixeira da Costa acha "difícil explicar a eles a proposta do deságio, que "não é justa para esses bancos". Em relação ao segundo grupo, o empresário considera "cabível discutir um certo nível de deságio".

O Brasil precisa oferecer "um paladar agradável" aos bancos credores internacionais, se quiser evitar a desclassificação dos seus créditos, que poderá ocorrer em outubro nos Estados Unidos. Foi o que afirmou ontem o consultor de investimentos e ex-membro da Ussecurities and Exchange Commission (a CVM dos Estados Unidos), Irving Pollack, que participa da Conferência anual.

"É preciso haver pelo menos uma tentativa de dar uma solução justa para o problema da dívida", afirmou Pollack.

Em Brasília, um estudo do Banco Central concluiu que a conversão da dívida em investimentos no País, se bem administrada, não provocará riscos de desnacionalização e contribuirá para redução da dependência externa, ao mesmo tempo em que levará a um aumento de produção e de empregos. O trabalho foi apresentado no seminário sobre a conversão como instrumento de capitalização de empresas pelo técnico da Área Externa do BC, Antônio Carlos Monteiro.

O estudo aponta vantagens comparativas da conversão, tanto para credores como devedores, dando como exemplo programas semelhantes aplicados pelo Chile e pelo México.